

Brasil Mulher

Ano 2

Outubro — 1977 nº 9

Cr\$ 8,00



Carestia

**A QUESTÃO
DO CUSTO DE VIDA
ESTÁ EM DEBATE**

Página 8

Eleição no sindicato

**QUEM GANHA
SÃO SEMPRE
OS MESMOS HOMENS**

Página 3

EXPEDIENTE

Diretora Responsável: Ana Maria de Cerqueira Leite

Conselho Editorial: Ameliuha de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Ana Maria de C. Leite, Angela Borba, Beatriz do V. Bargieri, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal, Rosalina Santa Cruz Leite.

Colaboradores: Diva M.B. Romão, Elza Machado, Mada Barros, Maria da Penha B. Youssef, Maria Teresa Filgueiras, Marisa Sobral, Moema Filgueiras, Naná Gama e Silva, Walquiria Queiróz, Francisco Xavier C. Alves, Jussara Banbugli Zucco, Ieda Areias, Euridice Cardoso, Mouzar Benedito, Eunice S. Pellegrini, Regina F. Uva, Sergio Matheus.

Ilustração: Conceição Cahu, Chico Borges, Marlene Crespo.

Fotografia: Glorinha, Rosa Gaudino, Hugo Lenzi

Diagramação: Eva, Cid e Carlos

Distribuição: Darci Scavone

Correspondente: Vanice Rahal (México)

Dept Jurídico: Marcia Ramos de Souza, Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalg.

Esta publicação é de propriedade da Sociedade. Brasil Mulher. Sede em Londrina — Av. Inglaterra, 655 — C. Postal 1379 — Filial São Paulo: Caixa Postal 13.897 Tiragem 10.000 exemplares.

A reprodução de matérias do Brasil Mulher é permitida. Solicitamos apenas que cite a fonte.

Serviços de impressão: Diários Associados de São Paulo.

Outubro de 1977

Venda do Brasil Mulher

Rio de Janeiro Livraria Entrelivros Centro da Mulher Brasileira. Av. Franklin Roosevelt, 39, sala 713. Centro, Livraria Folhetim. Muro Livraria e Editora Ltda. Rua Visconde de Pirajá 82, sala 102 Ipanema.

São Paulo Livraria Diadorim, Pça Dom José Gaspar, 106, loja 19, Editora Dis. Avanço Ltda, Rua Aurora, 704.

Recife Livraria Dom Quixote, av. Conde de Boa Vista, 250 loja 4 Livro 7

Curitiba Livraria Chinone Ltda.

Belo Horizonte Pro Centro da Mulher Mineira.



Brasil Mulher

Está em tramitação no Congresso o projeto do ministro do trabalho, sr. Arnaldo Prieto, no sentido de introduzir alterações no artigo 379 da CLT, que proíbe o trabalho noturno para a mulher. A justificativa para tal modificação seria que a proibição do trabalho noturno é uma medida discriminatória para a mulher por reduzir o seu acesso ao mercado de trabalho, impedindo e desestimulando as empresas a admitirem mulheres em seus quadros.

O projeto, embora pouco conhecido, já é, em si, bastante discutível, uma vez que não resulta de uma luta da classe trabalhadora. Trata-se, mais uma vez, de uma tentativa de impor uma «legislação protetora» de cima para baixo.

A quem servirá o trabalho noturno da mulher? Quais as consequências para a classe trabalhadora em geral?

Na verdade, trata-se de uma forma de atender à necessidade das empresas de obter mão-de-obra barata. Tentam assim jogar no mercado de trabalho — basicamente concorrencial — o maior número de trabalhadores possível (no caso, incluindo a mulher), aumentando a oferta de mão-de-obra e, conseqüentemente, diminuindo os salários.

É próprio do sistema, em determinadas conjunturas, recorrer ao trabalho da mulher para diminuir custos de produção e aumentar taxas de lucro.

O modelo de desenvolvimento econômico e social implantado no Brasil baseia-se na exploração crescente da classe trabalhadora, através do achatamento de seus salários e da concentração cada vez maior da renda.

Os mecanismos criados para esse fim são variados; vão desde a repressão

direta e aberta até à utilização de meios «sutis» como a «institucionalização do horário noturno» que, a pretexto de «proteger» a mulher, na verdade apenas reforça a dupla exploração a que estão submetidas as mulheres trabalhadoras.

O papel da mulher na sociedade capitalista sempre apareceu como secundário ou complementar ao do homem. Cabe a ela, através das tarefas domésticas, a reposição e reprodução da força de trabalho. Esse trabalho, socialmente necessário, não é remunerado pelos empresários; quem arca com ele é o próprio trabalhador.

Nos momentos em que a mulher é chamada para participar diretamente do processo produtivo, isto é feito em geral em condições desiguais, com salários menores, sem liberar-se das tarefas domésticas.

Nesse sentido, a dupla jornada de trabalho é um mecanismo de fundamental importância na reprodução do capital.

É sabido que as empresas sempre utilizaram a mão-de-obra feminina apesar da proibição. Esta lei, na verdade, não resolverá a discriminação da mulher no mercado de trabalho; mas servirá apenas para reforçar mecanismos de acumulação.

Acreditamos que a melhoria da situação da mulher no mercado de trabalho só poderá concretizar-se quando ela própria assumir, através de sua participação efetiva, a luta por melhores condições de vida e de trabalho e pela construção de uma sociedade mais justa, na qual homens e mulheres trabalhadores tenham igualdade de direitos e de oportunidades.

Assine Brasil Mulher

Basta enviar um cheque nominal ou vale postal endereçado à Sociedade Brasil Mulher — Rua Arthur Prado nº 637 — Paraíso, com seu nome, endereço, profissão.

Assinatura semestral — Cr\$ 50,00

Anual — Cr\$ 100,00

Apoio — Cr\$ 200,00

Exterior

Semestral: US\$ 8,00

Anual — US\$ 15,00

Nome:

Rua

Bairro

Cidade

Profissão

Observações

CEP

Estado

Leia

De fato

Movimento

Pasquim

Revista do Henfil

Coojornal

Nós Mulheres

Bagaço

Paca-tatu, Cutia não

Invasão

Brasil Mulher

Poesias populares

(Jornal do Poeta)

O Crivo

O Picareta

As mulheres votam no Sindicato e quem ganha são sempre os mesmos homens

«Arayldes, costureira»: «A mulher só vai ao sindicato quando tem precisão, quando é mandada embora ou precisa consultar um médico ou advogado».

Dentro do Sindicato dos Oficiais, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confeções de Roupas e Chapéus de Senhoras de São Paulo, o clima de eleições se manifestava pelo burburinho de dezenas de pessoas em volta de urna no salão principal.

Numa sala carpetada, com música ambiente e conforto do prédio nº 305 da rua Florência de Abreu, tendo no alto uma grande fotografia dele mesmo, o presidente do Sindicato, Reinaldo Pinto Rocha, recebe as jornalistas do BM para falar de suas «realizações» — e pouco da atuação do sindicato junto à classe que representa.

O Sindicato do senhor Reinaldo

Reinaldo reina, ou melhor, é presidente desse sindicato há 12 anos e mais uma vez é candidato à reeleição pela Chapa 1. Fala muito de suas obras na entidade que, como ele, é «apolítica». A atuação sindical da atual diretoria limita-se a reclamações junto à Delegacia Regional do Trabalho e «outros órgãos competentes em uma ou outra questão trabalhista». Mas, o restante dos «assuntos trabalhistas» são resolvidos pelo presidente através de seus contatos com o Ministério do Trabalho ou de reuniões com empresários. A classe não precisa se preocupar, nem reivindicar que tudo se resolve com «boa vontade».

A grande realização de Reinaldo é a Colônia de Férias da Praia Grande, pronta há cerca de três anos, mas só inaugurada 15 dias antes das eleições. Para frequentá-la, qualquer um dos 4.000 associados, dos quais 80% são mulheres, precisa pagar Cr\$ 41,00 por dia. Outras realizações, que aparecem no «manifesto dos Associados», da diretoria, fazendo uma auto-avaliação, e propondo que ela seja reeleita por mais um período, tem como ponto de referência o assistencialismo: «assistência médica, hospitalar, odontológica, jurídica e previdenciária, que dá aos associados aquela certeza tranquilidade e confiança, de estarem sendo assistidos dia e noite pelo Sindicato».

A situação da classe, constituída de 35.000 trabalhadores — e a própria sindicalização dela — são convenientemente esquecidos, assim como as acusações feitas pela oposição de peleguismo, paternalismo e até desaparecimento de dinheiro.

É duro fazer oposição neste país

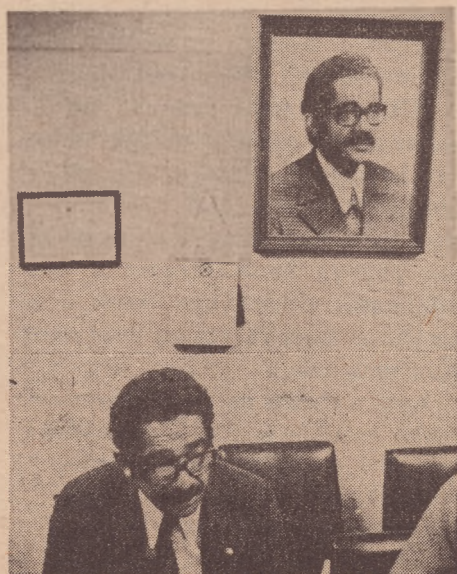
A sindicalização dos mais de 30.000 esquecidos, por outro lado, está nos

planos da oposição (Chapa 2), que pretende fazer um trabalho específico com as mulheres, que representam a maioria esmagadora da categoria e que nem sabem da existência do sindicato, já que a atual diretoria não teve essa preocupação. A oposição — sob os lemas «o Sindicato é a casa do trabalhador» e «Por um sindicato dos trabalhadores» — propõe-se a lutar por melhores condições de vida da categoria e trabalhar por uma maior sindicalização. Ao mesmo tempo que critica a visão assistencialista e personalista do atual presidente, aponta, em seu manifesto, irregularidades e até desaparecimento de dinheiro dos cofres do Sindicato, responsabilizando por tudo isso a atual diretoria e, mais especificamente, o presidente, que centraliza todas as decisões.

Segundo Vera, overloquista, a mão de obra feminina, predomina dentro da categoria porque «o patrão pode pagar salários mais baixos às mulheres e também porque as mulheres tem maior capacidade para realizar as tarefas de costurar, arrematar, passar, etc...».

Será que sobra tempo para a novela?

Em geral, a participação das mulheres é barrada na maior parte das categorias profissionais, sendo empurrada para algumas profissões que representam uma extensão das suas tarefas no cuidado do lar. No Brasil a participação da mão de obra feminina está concentrada principalmente nos setores têxtil, de confeções e de alimentos. Como o homem é tido como o «responsável» pela família, economicamente, a mulher foi posta em segundo plano, passando o seu trabalho externo a ser encarado como um bico, ou ajuda no salário do marido e, por isso, as condições de trabalho e os salários baixos são vistos quase como normais.



Reinaldo Pinto Rocha, presidente do Sindicato.



As eleições ocorridas nos dias 5,6 e 7 deste mês.

O salário médio da categoria, conforme disseram as trabalhadoras, é de Cr\$ 1.500,00 mensais e a jornada de trabalho é de 9:36 horas, para compensar o sábado. A isso deve-se acrescentar que as operárias gastam, em média, duas horas para ir e voltar do trabalho.

No setor de confecção, as mulheres predominam nas seções das arremateiras, cortadeiras, passadeiras e costureiras. Nas fábricas onde trabalham homens e mulheres, os cargos de chefia (encarregados de seção) e de alfaiates são geralmente ocupados pelos homens. Apesar de as costureiras e alfaiates praticamente desempenharem as mesmas funções pois ambos são responsáveis pela montagem final da peça, Maria, umas das operárias entrevistadas afirmou que «os homens geralmente ganham uns três salários a mais do que as mulheres».

As operárias casadas, de volta às suas casas ainda arcam com todas as tarefas domésticas. Nieve, costureira, levanta às 5 horas e só deita à 1 hora da madrugada depois de preparar o almoço e o jantar que ela e seu marido levam na marmita, «porque as fábricas em geral não têm restaurantes». Deixa o sábado e domingo para lavar e passar a roupa da família. A jornada média de trabalho da mulher casada acaba sendo de 14 a 15 horas diárias sendo que uma parte desse trabalho não é remunerado. Tudo isso acaba levando ao seu debilitamento físico e à impossibilidade uma vida social, cultural e de uma atuação sindical.

Um outro problema é a inexistência de creches; Maria, por exemplo, paga Cr\$ 300,00 por mês à cunhada para cuidar de seu filho.

A situação se agrava, pela quase ausência de consciência da própria

situação, por parte das operárias. Arayldes, que é candidata da chapa situacionista, diz que «mulher só vai ao sindicato quando tem precisão, quando é mandada embora ou precisa consultar um médico ou advogado».

Vamos arregaçar as mangas: perdemos.

A previsão da chapa da oposição é de ser derrotada. É que a consciência da categoria continua ao nível do assistencialismo. Esse tipo de sindicalismo dirigido com paternalismo funciona assim mesmo. Não mobiliza a categoria, amortecendo a capacidade reivindicatória das operárias. Elas não vêem como se articular e se organizar para lutar por suas aspirações mínimas. De outro lado, as próprias condições de vida da mulher operária dificultam esse tipo de atividade. A dupla jornada de trabalho da mulher termina por reduzi-la apenas a uma máquina de trabalhar (e às vezes de fazer filhos).

Por isso a chapa de oposição sabe que mesmo perdendo vai continuar a trabalhar nas fábricas. Porque o mais importante é continuar mostrando a todas as mulheres trabalhadoras que é preciso se unir e tomar consciência. E que dessa forma, mesmo que seja um trabalho lento, se chega a construir até um sindicato que defenda livremente os interesses dos trabalhadores.

Resultado das eleições:
Chapa 1 — 1000 votos (situação)
Chapa 2 — 452 votos (oposição)
brancos — 7 votos
Nulos — 47 votos
TOTAL — 1506 votos.

Expulsão de camponeses em Caaporã, na Paraíba

«Pra onde é que nós vamos?» Esta é a pergunta que aflige milhares de pequenos lavradores, homens e mulheres, que criaram riquezas, derrubando matas, produzindo alimento, e agora são expulsos pela grande propriedade, que se expande para produzir soja, cana ou criar gado.

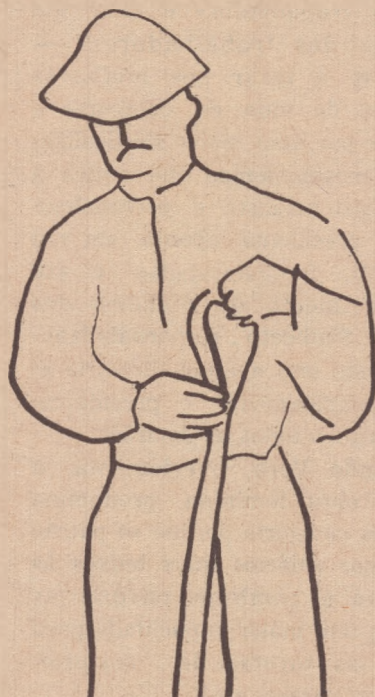
A riqueza criada se concentra da propriedade da terra.

Diante das opções que lhes são colocadas, esses camponeses oferecem resistência: enfrentam pistoleiros e os tratores da Usina que destroem suas casas e lavouras, procuram apoio em sindicatos e Federações de trabalhadores, juízes, e até mesmo no Exército. Até ao Presidente da República chegaram a recorrer. É uma resistência heróica e tenaz, ante a qual a Usina recua, emprega outros métodos, tenta entrar em acordo.

Qual o destino dos pequenos lavradores?

A história de Dona Maria Henrique dos Santos, moradora da Fazenda Retirada, no município de Caaporã, Paraíba, é a história da luta entre a empresa capitalista em expansão e os pequenos lavradores. De um lado está a Usina Maravilha, que pretende expandir suas lavouras, e de outro, cento e vinte lavradores da Fazenda Retirada.

Os lavradores da Fazenda Retirada possuem a manutenção de posse, expedida pelo Juiz de Pedra de Fogo em 1975, quando então a Usina já os ameaçava de expulsão. Uma comis-



são de 39 lavradores solicitou ao Juiz e ao quartel do 15º Regimento de Infantaria garantias contra a expulsão. Nesta época, um major do 15º RI baixou uma ordem proibindo a Usina de molestar os lavradores. Estes, além do documento de manutenção de posse, pagavam foro, primeiro à Companhia Paulista, e depois à Usina. A Usina Maravilha, tendo resolvido expandir suas atividades e ocupar as terras da Fazenda Retirada, passou a recusar o recebimento de foro, para descaracterizar a legitimidade de posse. Os lavradores reagiram, pagando o foro em cartório. Isto ocorreu em março de 1977. Em junho, porém, a Usina resolveu adotar outros métodos.

Conta dona Maria Henrique dos Santos:

«Eu tava em casa quando a Usina começou a destruir os roçados dos moradores. Seu Elias, que trabalha na Usina, chegou dizendo que o doutor queria comprar minhas terras por quinhentos contos e que com o dinheiro eu podia tirar madeira da mata para fazer uma casa. Respondi que pagava meus direitos e que quinhentos contos não dava nem para tirar madeira quanto mais para fazer uma casa.»

Ante a recusa de Dona Maria em vender seu terreno e a tenacidade com que defendia seus direitos, a violência e a intimidação, por parte da Usina, não tardaram.

«Passados dias veio o trator e revirou um bocado de lavoura

minha, bem obra de uma conta ou mais. Chorei e me agoniei muito», diz Dona Maria. Ela não desanimou. Procurou o Sindicato e a Federação dos trabalhadores e solicitou, através do advogado uma indenização de Cr\$ 15.000,00 pelos estragos e invasão de sua propriedade.

Quando Dona Maria resolveu fazer uma casa no seu terreno para a sua filha Edileuza, a Usina proibiu e mandou um pistoleiro, Severino Lima, junto com o capataz Seu Elias e o Dr. Flávio, advogado da Usina, para dizer que iam derrubar a casa. O que aconteceu com Dona Maria Henrique dos Santos aconteceu com outros moradores do local: Seu Manoel Soares queria construir um barraco para a sua filha viúva (e com quatro filhos) e a Usina proibiu. O roçado do seu Pedro Alexandre de Alcântara também foi invadido e destruído pelo trator. Seu Antônio de Oliveira Pinto foi proibido de cobrir e consertar sua casa.

A usina quer a terra... e os moradores

No dia 14 de agosto houve reunião no Sindicato. A Usina queria entrar num acordo: daria terra em outro local ou então quem quisesse



A cana-de-açúcar se cultiva em grandes extensões de terra. Na Paraíba em 1972, segundo os dados do INCRA, mais da metade da produção de cana concentrava-se nas grandes propriedades (acima de 1.000 hectares), em mãos de apenas 2,1% dos produtores. Em 1973, a Paraíba ocupava o nono lugar na produção de cana (46.051 ha cultivados). Em 1975, passou a oitavo lugar, com um aumento de 30% da área cultivada (60.045 ha). Esse aumento, só ultrapassado, na época, pelo Estado de Minas Gerais, se deu à custa da expansão das grandes propriedades, em detrimento dos pequenos lavradores.

As grandes propriedades pertencem geralmente às usinas. Estas procuram expandir-se cada vez mais, incorporando novas terras por meio da compra ou da expropriação. Para atingir seus fins, empregam muitas vezes a violência.

Como resultado desse processo de expansão da grande empresa capitalista, temos o drama dos sitiados, foreiros, posseiros arrendatários e parceiros. A eles restam opções nada alentadoras de emigrar para outras terras, recomeçando tudo de novo, ir para as cidades onde os empregos são escassos ou transformarem-se em trabalhadores de usina. Na maioria das vezes, ficam perambulando pelas estradas, vagueando de fazenda em fazenda ou morando nas periferias da cidade e trabalhando no campo.



Mercedes Sosa



poderia ficar, mas com menos terra, e passariam a pertencer ao quadro de trabalhadores da Usina. Os moradores, porém, não aceitaram esse acordo. «Não achamos que iria dar certo. Queríamos uma indenização além da terra no novo local. «Diz Dona Maria.» tínhamos tudo plantado. Agora sair para outro canto sem nenhuma plantação?»

A Usina ameaça, dizendo que a manutenção da posse é provisória. Joga com o seu poderio econômico e influência política, contra o empobrecimento e miséria crescentes daqueles lavradores. Depois de tanta luta e resistência, eles pressentem o que vai acontecer:

«Nós achamos que a Usina vai plantar tudo de cana até ficar um pedacinho pequeno dentro da plantação. Aí o pessoal se amedronta, quer sair e pede indenização. Mas aí a Usina fala: «Pode ficar que eu não bulo mais com vocês». «E daí nós temos que sair de qualquer maneira. Isso é um cálculo que nós criou e sabemos que é isso mesmo.» diz Dona Maria Henrique.

O destino dos moradores da Fazenda Retirada é incerto.

Apesar da razão e da lei estarem do lado deles, a força e arbitrariedade estão com os usineiros e talvez não reste mesmo outra saída senão abandonar suas terras. Até quando será assim? Os moradores da Fazenda Retirada, sem saber para onde ir, começam, no entanto, a descobrir um caminho:

«Nóis acha que aqui é tudo uma família só e tem que ir tudo por um caminho só.», apesar da insistência do Major Maia do 15 RI, em dizer que ninguém fosse pela cabeça do outro e ninguém se reunisse em grupo e para cada um agir seu problema sozinho.

Mercedes Sosa, 42 anos, nascida na província de Tucumã, norte da Argentina, casada, quatro filhos. Começou sua carreira cantando em grupos folclóricos. Após seu casamento se firma como cantora de músicas mais selecionadas e uma cantora que canta para o povo. Seu olhar é triste e a tristeza aumenta quando fala dos filhos. Sua carreira exigiu muita renúncia, vive distante deles. Mas foi maior para ela a necessidade de se doar a toda gente.

É fácil explicar a popularidade dela. A cada música ela se entrega como se fosse cantar pela última vez. Consegue o milagre da troca entre artista e público. Seu último show em São Paulo, no Ginásio do Ibirapuera emocionou as 22 mil pessoas presentes.

MERCEDES SOSA

Fui ameaçada de morte em 1975 pela Aliança Anticomunista Argentina mas de maneira nenhuma deixarei meu país. Ficar na Argentina me faz bem. Minhas canções saem do meu país, são feitas para serem cantadas nele e em outros países.

«Foi muito difícil vencer neste meio social que é de domínio quase exclusivamente masculino. O triunfo da mulher é muito duro, realmente. Acredito que não exista nenhuma mulher que não tenha triunfado sem deixar alguma parte pessoal fracassada. Tenho sofrido muito, nessa vida de artista. Tive que deixar minha casa, meus filhos. Fui muito magoada mas deixei os problemas pessoais de lado. Creio que o homem tem sempre mais ajuda da parte da sua esposa, na carreira artística. Nós, cantoras, temos que deixar a casa e nem sempre andamos em companhia do marido, abandonamos tudo, enfim é demasiado difícil tudo isso, me sinto muito mal mas, ao mesmo tempo bem. Consegui o

respeito muito grande dos companheiros artistas de todo mundo e isso tem me ajudado muito.»

A mulher ocupa um lugar importante no trabalho

«Em alguns casos mulheres ainda vivem como nos tempos da Idade Média.

Mas, ela — a mulher — é responsável por isso. Ela deve se convencer da necessidade de criar os filhos em liberdade e deve ensinar aos filhos o respeito a suas companheiras. A palavra companheira é muito importante, muito mais do que «minha esposa». A companheira é a que irá ajudar a enfrentar a vida, a que lutará junto, sob qualquer situação. Existem demasiadas agressões neste mundo, para que o homem pense sozinho, carregando a responsabilidade de uma casa, principalmente nesse momento que vivemos. Isso de alienação, vem se alastrando, há muito tempo mas as mulheres são as verdadeiras culpadas. Somos as que criamos os filhos para respeitar o aparente pró-forma, nós continuamos carregando nossos grilhões. Penso, também, que a mulher e o homem têm que ganhar a liberdade. Não há libertação se não há a libertação do homem e até aqui, o homem não está libertado e tem graves problemas de repressão e de angústias. Não se pode falar de libertação isoladamente se não há a libertação de todos os seres humanos.»

Alfonsina Storni, símbolo de mulher

«Alfonsina Storni é uma poetisa muito querida. Pouco lida, é símbolo de uma mulher que causou escândalo, na Argentina, por ter tido um filho sendo solteira, na época dos anos 50. Ela rompeu com todas as tradições. Nós falamos muito de libertação mas é muito difícil assumir um filho sendo solteira, ainda neste ano



de 1977. Ela porém, assumiu seu filho sendo solteira e ele tinha o mesmo sobrenome dela — Storni. Isto causou-lhe sacrifícios e marginalização. O nosso povo ama o homem perseguido, ficou sabendo da vida de Alfonsina e a colocou num pedestal. Quando gravei «Mulheres Argentinas», a faixa — Alfonsina e o Mar — foi um samba amado pelo povo argentino.»

Uma mulher corajosa-Violeta Parra

«Muitas das músicas que canto foram escritas por Victor e Violeta Parra que são pessoas muito diferentes. Victor, pai de Violeta deve ter exercido influência sobre ela no começo. Porém, como viveram em épocas diferentes, composições políticas diversas, as músicas se diferenciavam. Há uma grande pureza nos dois. Victor era homem de uma doçura incrível e Violeta uma mulher fortaleza. A vida custou-lhe muito e ela não pôde mais aguentar, então suicidou-se. Não sei como compunha suas canções. É mais um milagre dos artistas.»

«Toda censura no mundo prejudica as letras das músicas e os filmes. Em geral toda censura é retrógrada. Não gosto da censura e sou inimiga da gente que faz censura — dos censores — censores. Sou contra em todo o mundo.

A justiça em três atos

que inocentou um investigador da polícia, principal suspeito da morte de um comerciante, acusando um homem que não tinha nenhuma ligação com o caso.

Segundo Ato

Dois de outubro: É julgado por um Júri Popular na Comarca de Barueri, o sr. Sérgio Fernando Paranhos Fleury, diretor do DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais) acusado de comandar em dezembro de 1968, um triplice assassinato de traficantes de tóxicos. Foi absolvido por unanimidade.

Terceiro Ato

Sete de outubro: O diretor

responsável do Jornal da Tarde, sr. Ruy Mesquita é indiciado na lei de Imprensa pela Procuradoria Geral da Justiça de S. Paulo, por ter, em editorial de 3/10 sob título — «Uma instituição que se vem deteriorando» — criticado o funcionamento do Ministério Público de São Paulo em relação aos casos acima citados.

A procuradoria da Justiça de São Paulo tem como Procurador Geral o mesmo senhor Gilberto Quintanilha Ribeiro, ator coadjuvante do 2º ato, conforme documenta o senhor Hélio Bicudo em seu livro — Depoimento sobre o Esquadrão da Morte.

Professora primária quer ser varredora de rua

«Repare em minha aparência: não tem nada de uma professora.

Não ganhamos nem para a alimentação.

Professora primária não tem incentivo nenhum.

Estudei, depois de casada, para ver se melhorava.

Após dois anos de formada como normalista, ainda recebia como professora leiga, e até hoje estamos esperando para melhorar».

Sofremos todos estes descontos em nosso salário, que já é uma miséria e com ele tenho que sustentar a casa, pagar aluguel, luz, água, leite, pão, estudo dos filhos...

Além de professora, já lavei roupa para fora, «catei» algodão e agora quando meu esposo sai de casa, pego o carro e trabalho como motorista de taxi. Sabe o que é uma mulher sair com quatro homens dentro do carro, sozinha, para ganhar 40 cruzeiros, porque no outro dia seus filhos não terão o que comer? A situação me obriga a isso. Estou disposta a qualquer outra profissão que ganhe mais, pois passamos muita necessidade. A única coisa que não faço é serviço desonesto.

O PROFESSOR PRIMÁRIO TEM VERGONHA DE SEU SALÁRIO

Minha filha trabalha como professora pela Prefeitura, ganha 500 cruzeiros por mês e está há quatro sem receber. Meu marido ganha muito pouco por semana como motorista de taxi, e paga seiscentos de prestação do carro. Recebo 900 cruzeiros lecionando.

A nossa despesa só com alimentação é de 400 à 500 cruzeiros. Quando chega a 500 nossa situação se agrava e não dá para pagar. Pagamos Cr\$ 260,00 de aluguel e tem mês que não dá para pagar. Como a

gente faz para passar? Passa, tem que passar.

Meu marido foi para Maringá procurar emprego de motorista numa empresa de ônibus. Se ele passar no teste, ficará trabalhando lá. Se alguns julgarem que estamos com a vida «mansa», estão enganados. Estou desiludida demais. Vim a Londrina hoje, para saber se meus anos de serviço como professora vão contar para a aposentadoria, caso deixe o Magistério.

NO ESTADO EM QUE NOS ENCONTRAMOS PODEMOS EXPLODIR

Quando se toma uma decisão dessas a angústia é total. Até nosso lar está indo por água abaixo, pois nessa situação, por mais que se evite, sempre há desentendimentos. Ela afeta meus filhos e meu marido. Estou decidida a deixar a profissão. Se para varrer rua ganha-se mais de

mil cruzeiros, eu farei isso. Tenho cultura, mas não me adianta nada. Se todas que estão na mesma situação tivessem coragem de vir aqui na APLP e dizer tudo isso, «que digo».

Entre soluços, Aurinívia continua seu depoimento:

«Assumo a carreira com amor, toda vida esse foi o meu ideal. Sempre me senti realizada como professora. Trabalhei em quatro períodos do Ginásio e nunca nada me desabonou. Tenho uma carta de apresentação do Inspetor da 30ª Inspetoria, Clementino Carraro. Neste ginásio eu trabalhava 15 horas e ganhava por seis.

Agora já faz uma semana que não dou aulas, porque não tenho condições. Não é desobediência. É falta de condições psicológicas. Podia tirar uma licença. Mas minha consciência não permite que pegue uma licença sem estar doente. Minha

formação moral e religiosa não me permite trabalhar mal. Se for para ser péssima professora, eu desisto.

ESSAS RUGAS NASCERAM DENTRO DE UMA ESCOLA

Numa pensamos realmente em nos unir. Todo mundo tem medo de perder. O professor pensa que contra força não há resistência. Mas tudo isso que vem acontecendo conosco é por falta de união. Falta de nos levantarmos todos juntos em torno dos mesmos ideais, como fizeram os suplementaristas. Eu vejo meus colegas revoltados. A gente chega na escola a ponto de bala. No estado em que nos encontramos podemos explodir. No entanto, o professor primário fica calado, humilde. Ele tem vergonha de seu salário.

A única solução que vejo para o problema é minha saída, ou que o governador olhe com mais carinho a situação do professor primário, porque não podemos mais passar necessidades. Eu tenho 35 anos. Aos 40 anos ninguém vai querer me contratar. Estas rugas nasceram dentro de uma escola.

Aurinívia mostra seu talão de cheques e conclui:

«Será que a gente não almeja mais nada na vida, a não ser pagar a comida e o aluguel?»

(Matéria retirada de do jornal «O Atalho». Órgão Oficial da Associação dos Professores Licenciados do Paraná).



ROSA DOS VENTOS

«O Feminismo é uma ideologia burguesa porque muda o verdadeiro inimigo das mulheres — o Capitalismo — num inimigo imaginário — o homem, provocando, portanto, mais danos que benefícios às mulheres. Em suma é uma heresia que devemos condenar». Esta é a análise feita pelo jornal soviético «A Classe Operária e o Mundo Contemporâneo» a respeito do Movimento Feminista Ocidental. É a primeira vez que a imprensa soviética se pronuncia sobre o Feminismo, até aqui ignorado por completo.

Em 1975, a Befam distribuiu a mais de um milhão e cem mil pessoas de vários estados brasileiros quatro mil DIU e 197 mil caixas de pílulas anticoncepcionais. Os dados constam de relatório reservado e de circulação restrita enviado aos Estados Unidos pela secretaria da entidade (Sociedade Civil do Bem Estar Familiar) no Brasil. Recentemente, o Ministro da Saúde, sr. Paulo de Almeida Machado afirmava que o DIU estava proibido, até ser provado que não causa lesões cancerosas no útero humano. Também declarava que não sabia como esses anticoncepcionais entravam no Brasil. (Folha de São Paulo 25/9/77).

«Ele investe, ela compra». Esse o slogan publicitário da revista francesa de orientação ao consumidor «Que

Chosir?» («Que Escolher?»). Na carta enviada a seus possíveis consumidores, é feita a seguinte colocação: «Senhor: cada vez que destina uma quantia para as despesas da casa, o senhor preferia que fosse feita alguma economia. Mas imagine a resistência de sua mulher para não comprar cada manhã os mais variados produtos». Mais uma vez é reforçada a imagem do marido ajuizado e da mulher leviana diante do mercado de consumo (Tempos Modernos, Dezembro 1973).

A mulher na Sociedade e na Educação, foi o tema exposto sexta-feira, dia 11 de setembro, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos. A palestra, que abriu o I Ciclo de Estudos Sobre a Mulher, foi feita por representantes do Brasil Mulher (Rosalina e Bia).

A CPI da Mulher, que ouviu durante seis meses 38 depoimentos a respeito da situação da mulher no Brasil, chegou a duas conclusões: existe no Brasil, discriminação oficial e oficiosa contra a mulher; e o movimento pela mulher, que «não deve ser confundido com feminismo», tem legítimas representantes entre as brasileiras. (Jornal da Tarde, 1/10/77).

De acordo com uma pesquisa publicada em Nova York, as mulheres norte-americanas continuam em desigualdade perante os homens, principalmente dentro do trabalho. Nas grandes empresas, os executivos homens ganham 50.000 dólares anuais ou mais e as mulheres em cargos semelhantes recebem 30.000 («Estado de São Paulo» - 16/9/77)

Pela justiça e libertação

**«Como pode um povo vivo
viver sem democracia
Como poderei viver
Sem votar, sem falar
Sem ao menos me expressar»**

A adaptação da letra de «Peixe Vivo» cantada por seis mil pessoas que lotavam o santuário da Penha no último dia 18 de setembro, abriu o «Ato de Solidariedade aos Oprimidos e Injustiçados», promovido pelo «Movimento de Justiça e Libertação», que agregou 20 entidades.

Centenas de moções de apoio ao ato foram encaminhadas à mesa pelas mais diversas entidades de São Paulo e de outros estados. No entanto, nem todas puderam ser lidas, pois tomariam praticamente todo o tempo previsto.

Dentre as moções mais aplaudidas estavam as de entidades dos bairros de S. Paulo, a do DCE de Brasília e a de familiares de presos políticos denunciando o desaparecimento de 30 pessoas.

Entre os oradores presentes, o reverendo James Wright, em nome da Coordenadoria Ecumênica de serviços ressaltou que «ser cristão não é somente bancar o santinho aos domingos dentro da Igreja, mas aplicar o Evangelho em todos os setores do dia a dia». Concluindo disse que era o momento das mais diversas pessoas e entidades se unirem para pedir um paradeiro aos perseguidos, aos oprimidos e injustiçados.

Entre um orador e outro, os presentes cantavam músicas de Chico Buarque, Geraldo Vandré, Dorival Caymi e Marcos Vale, selecionados pela comissão organizadora.

O operário Salvador Pires, falou em nome da Frente Municipal do Trabalho, sobre a falta de garantias às quais estão submetidos os trabalhadores, criticou o Fundo de Garantia por tempo de serviço e afirmou que «esta situação impede que os trabalhadores reivindiquem melhores salários».

O advogado Mario Simas, em nome da Comissão de Justiça e Paz dissertou sobre os Direitos Humanos.

O documento principal — «Pela Justiça e Libertação», foi lido por José Gregori, da Comissão de Justiça e Paz, onde se denunciava a perseguição não só a padres e bispos, como a todos os que no Brasil segundo o documento «foram presos, expulsos, banidos, torturados e mortos justamente porque lutavam ao lado dos pobres, dos humildes, dos pequenos, dos oprimidos».

**«Como poderei viver
como poderei viver
sem direitos, sem saber
sem poder me defender»**

«A ação desses cristãos também revela a opressão da vida de milhões de brasileiros marginalizados da vida econômica, da vida social, e da vida política do país. Chegando às cidades em busca da miragem industrial ou expulsos do campo, eles são os marginalizados urbanos e os boias-frias. A ironia consiste em dizer que há pessoas marginalizadas, sem emprego certo e remuneração adequada, porque a população cresce demais. A verdade é que, para que se dê a concentração da riqueza nas mãos de poucos, não basta rebaixar os salários. É preciso, além disso, manter uma imensa parcela da população que, quando se emprega, se emprega por qualquer preço; e, quando não consegue emprego, constitui a reserva de que se valem os patrões para fazer com que os próprios trabalhadores disputem entre si pela possibilidade de um trabalho. Existe, assim, uma enorme parte da população das grandes cidades que jamais se empregará, ou, quando o fizer, será parcialmente, como biscateiros, vendedores ambulantes, guardadores de carros, sem qualquer garantia».

**«Como poderei viver
como poderei viver
Sem justiça e liberdade
Sem ter onde trabalhar».**

«Por comungar com as aspirações do povo é que os missionários são perseguidos. Eles sofrem a mesma sina de muitos brasileiros ou não operários, estudantes, jornalistas, educadores, políticos e outros, que foram banidos do país ou constrangidos a fugir por terem ousado juntar-se ao povo em sua luta contra a exploração e a opressão. Se alguns missionários estão ameaçados de expulsão e se muitos já foram expulsos, o grande e verdadeiro expulso, já há muito tempo, é o próprio povo, especialmente os mais humildes, banidos de suas terras ou massacrados em suas aldeias, obrigados a esmolar ou sujeitos a salários de fome, morrendo à míngua nas periferias das cidades, constantemente expostos a repressão policial ou à violência dos patrões, proibidos de se associarem, ameaçados e intimados quando ousam reivindicar os mais elementares direitos».

«Não basta exigir que o governo ponha fim as arbitrariedades contra os missionários. Às arbitrariedades continuarão, se continuarem as estruturas de injustiças que as provocam. E essas estruturas só serão modificadas quando o próprio povo puder propor e encaminhar as

mudanças a seu favor. E indispensável, portanto, realizar a aspiração democrática da nação, de modo que o povo possa criar e participar livremente de suas organizações sindicais, profissionais, políticas e outras. Será possível, então, construir uma sociedade baseada no respeito aos direitos de todos e iniciar a caminhada rumo à comunhão e a paz entre os homens.

Nosso compromisso é o mesmo de missionários perseguidos — o de continuarmos com o povo nessa árdua e longa caminhada «Encerrado o ato, os presentes se retiraram cantando o estribilho de «pra não dizer que não falei das flores», de Geraldo Vandré. Foi quando cerca de 1.500 pessoas, na maioria jovens iniciaram uma passeata que, saindo do santuário, percorreu diversas ruas da Penha. Cerca de meia hora depois a passeata foi dissolvida por bombas de gás lacrimogêneo e agentes à paisana longos cassetetes. Os policiais prenderam pessoas que se escondiam nos bares, cinemas, e todos os que se identificavam como estudantes. Populares presos foram liberados em seguida, e segundo a polícia foram detidas 58 pessoas também liberadas depois de prestar depoimentos.



A questão do custo de vida está em debate

A discussão Custo de Vida versus Inflação tomou maior proporção, recentemente, quando líderes sindicais foram ao Governo reivindicar a reposição salarial que é direito de todos os trabalhadores que ficaram prejudicados com o erro no cálculo do salário mínimo em 1973. O fato despertou muita discussão sobre a participação da classe trabalhadora na vida nacional e o que deveria ser um direito soou como um grande acontecimento em todos os jornais.

Os ministros da área econômica dizem que a reposição é impraticável por não ter mérito e não ser oportuna e, em troca do aumento salarial oferecem aos trabalhadores mais uma campanha — «Defenda-se a si mesmo» — cujo objetivo é controlar a inflação na base da pechincha. Essa é a mensagem usada pelo Governo para convocar a população pelo rádio, televisão e jornais:

«Entenda de uma vez por todas, que o custo de vida é culpa de todos nós. Culpa de quem compra, culpa de quem vende. Você tem que fazer alguma coisa. Comece a pechinchar, comece a dar valor a cada centavo do seu dinheiro. Procure o mais barato. Discuta o preço. Compre somente o que precisa. E o brasileiro vai vencer a inflação».

E os trabalhadores? Como estão vendo a situação em que se encontram? Donas-de-casa do clube de mães do Jardim Vista Alegre, entrevistadas pelo Brasil Mulher, disseram:

« — Aqui nós não temos água, nem asfalto, nem ônibus. A maior parte da população mora em favelas porque o aluguel é muito caro e além disso ainda temos que sair por aí pechinchando. Mas não dá pra gente ir muito longe porque nosso bairro é isolado e o dinheiro que gastamos de ônibus não compensa. Aqui em Vista Alegre, o tocinho custa Cr\$ 20,00 na Av. Parada Pinto custa Cr\$ 14,00, mas não dá pra ir lá só pra isso».

Cabe ao trabalhador a responsabilidade de conter a inflação? Soluções individuais tipo «Defenda-se a si mesmo» ou «Quem não pechinchar paga mais caro», não resolvem a situação. Mesmo porque, a quem o trabalhador deve se dirigir para alcançar preços mais baixos? As máquinas registradoras? Ou deve ir pechinchar nos consultórios médicos? no ônibus? No aluguel da casa? Na escola? Comprar bananas mais barato na feira não altera muito, o que pesa mesmo é o grosso da alimentação, é a moradia, é o transporte, e isso é impossível pechinchar.

Uma das mães com uma criança no colo dizia:

« — A situação está ruim pra todo mundo, mas aqui em Vista Alegre tá pior. Não sabemos como vamos continuar vivendo, o salário não chega nem pro leite das crianças. Carne? Só no dia do pagamento, se o marido recebe de 15 em 15 dias dá pra comer duas vezes por mês. Ovo dá pra comer todo dia, a gente faz um omelete pra quatro pessoas com um ovo. Quem tem filho pequeno sofre mais, porque a fome dá fraqueza na mulher e a criança fica sem o leite materno».

Segundo dados estatísticos, no Brasil 75% da população ganha de dois salários mínimos para baixo. A remuneração dos trabalhadores representa de 10 a 20% dos custos da produção, portanto, não é verdade que o preço das mercadorias aumentam em função dos reajustes salariais. A inflação aumenta muito mais que os salários porque através dela se transfere a renda daqueles que recebem salários, ordenados e vencimentos para aqueles que recolhem lucros, juros e outros tipos de rendimentos. Então, fica fácil saber para o bolso de quem vai o lucro obtido através da exploração do trabalhador.

Uma mulher que até então se manteve calada, deu sua opinião:

« — A gente não ganha muito, o salário é pouco. A gente precisava de mais ajuda. Nós somos pobres, não podemos estudar e não ganhamos bem porque não temos estudo. Isso é falta de consciência do Governo. Quando o salário aumenta as



coisas aumentam também. O Governo devia aumentar os preços de dois em dois anos e o salário todo ano».

Os reajustes salariais são dados pelo Governo uma vez por ano, mas o preço das mercadorias sobem no dia-a-dia, diminuindo cada vez mais o poder aquisitivo da maior parte da população brasileira. É bom lembrar que o reajuste não significa aumento de salário, ele nem mesmo possibilita a compra pelo trabalhador daquilo que já comprava. Por isso, para que a família trabalhadora possa sobreviver, ela precisa, além de mandar mulheres e crianças para a fábrica, aumentar a jornada de trabalho fazendo horas extras.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos — DIEESE — se o reajuste salarial tivesse acompanhado o aumento do custo de vida, o salário deveria ser:

Ano	Quanto é o salário mínimo	Quanto deveria ser	Diferença
1964	Cr\$ 42,00	Cr\$ 54,00	Cr\$ 12,00
1976	Cr\$ 768,00	Cr\$ 1855,00	Cr\$ 1087,00
1977	Cr\$ 1106,00	Cr\$ 2542,00	Cr\$ 1436,00

O salário baixo e a carestia de um lado enriquecem uma minoria de proprietários de meios de produção e, por outro lado, empobrecem a maioria da população brasileira. Até quando os patrões vão se acomodar à custa da exploração dos trabalhadores?

Todas as mulheres queriam falar ao mesmo tempo:



— «Nós achamos que o Governo devia aumentar os salários e congelar os preços. Por que o salário não pode aumentar e o custo de vida pode?»

— «Tô pra dizer que se eu fosse Governo e quisesse fazer alguma coisa pelo povo, eu fazia».

Se o salário é a única garantia de sobrevivência para o trabalhador e se cada vez ele ficar mais baixo em comparação com o aumento do custo de vida, uma maneira de contornar essa situação seria a união de forças em cima da luta contra a Carestia. E para desencadear essa luta, alguma coisa já está sendo feita nos bairros da periferia de São Paulo, com a participação de trabalhadores, donas-de-casa, padres, políticos, etc.

Na opinião de Benedito Cintra, representante do Bairro Freguesia do Ó na Câmara dos Vereadores, a luta para a resolução do problema custo de vida, se coloca da seguinte maneira:

«Considero que com relação à questão custo de vida, não é o representante que vai fazer alguma coisa, mas sim ajudar a fazer, denunciando a situação em órgãos que informem não só as autoridades responsáveis, mas toda a população. Nós já fizemos no começo de agosto uma pesquisa de levantamento do custo de vida, que foi divulgada não só na Câmara, mas também dentro do próprio bairro, através de jornais. Isto é importante porque é uma maneira de cada morador saber que os seus problemas são os problemas dos seus vizinhos».

A questão custo de vida hoje, expressa-se por parte do Governo através da Campanha da Pechincha e, pelo lado dos trabalhadores pela luta contra a Carestia.

Pelo lado dos trabalhadores, ela começou a se tornar expressiva a partir de 1952 quando houve uma passeata de panelas vazias; mas o movimento engrossou em junho de 1976, quando 4.000 pessoas denunciaram em assembléia, a alta do custo de vida. O não atendimento de suas reivindicações por parte das autoridades e o desespero em que se encontra a classe trabalhadora, levou os clubes de mães e outros organismos populares da Zona Norte, Sul, Oeste e Leste, a se mobilizarem para dar continuidade ao movimento.

Os moradores da periferia de São Paulo enviam ao presidente Geisel e aos ministros do Governo, um abaixo assinado denúncia, que já está circulando em todos os bairros. A julgar pela assembléia de 1976, e pela situação atual dos trabalhadores, o movimento contra a alta do custo de vida e por melhores salários promete tornar-se cada vez mais amplo, reunindo um número maior de trabalhadores e associações populares.

Afinal, o que é inflação?



O governo diz que é o aumento dos salários que causa o aumento dos preços. Mas, afinal, não é verdade que os salários são calculados em função do preço dos produtos? E também não é verdade que num país como o nosso, onde as grandes empresas controlam o mercado, e onde os trabalhadores não podem se manifestar livremente, o preço das mercadorias é calculado principalmente visando a um lucro cada vez mais alto para os monopólios? Com quem está a verdade?

A variação nos preços não é um fato novo. Há exemplos históricos de preços subindo violentamente ou caindo vertiginosamente. De uma forma ou de outra, as variações estão ligadas às grandes crises do capitalismo, ao desemprego, a quedas na produção, às guerras.

O novo é que a variação agora é apenas para cima e se mostra como uma tendência permanente, sendo que grandes variações são fenômenos que só se repetem de quando em quando.

Temos, assim, dois tipos de inflação. Um, em que todos os preços variam de forma aguda e que vai se acumulando em todos os setores: é a inflação galopante. Isto ocorreu no Brasil em 63-64, junto com uma crise geral da sociedade. Um outro tipo de inflação é a que apresenta variações de preços só em alguns setores e que é indispensável para a saúde da economia, desde que fique limitada a certos níveis.

Os economistas oficiais, pessoas que estão no governo para estudar e controlar a inflação, dizem que os preços aumentam porque os salários aumentam. Para nós isso quer dizer que os capitalistas colocam no preço das mercadorias todos aqueles gastos com salários que superam a produtividade das suas empresas. E quem paga somos nós, consumidores. A conclusão «lógica» do raciocínio desses economistas é que haverá uma inflação permanente enquanto os trabalhadores estiverem organizados para exercer seu poder de barganha, visto como excessivo. Assim, é necessário que o aumento da taxa de salário médio seja igual ao aumento da produtividade média do conjunto da economia. E que seja retirado o poder dos sindicatos, que o direito de greve seja limitado, etc.

Resumindo: para que a inflação de tipo moderada seja contida é preciso retirar o poder de pressão dos trabalhadores. Esta é a política implantada por todos os governos capitalistas e que foi aplicada de modo exemplar no Brasil, nos últimos 13 anos.

Por alguns anos o governo diminuiu o poder de barganha dos trabalhadores e promoveu aumentos salariais menores do que os aumentos da produtividade. Aplicou a receita dos economistas oficiais. E não acabou com a inflação. Depois da eleição de 1974, os aumentos salariais foram decretados de acordo com os aumentos de produtividade. A inflação aumentou! E daí?

Tão desalentadores resultados (que não são característica brasileira) fazem com que duvidemos do diagnóstico dos nossos brilhantes economistas. De modo bem simplificado eles nos dizem que o nível geral de preços depende principalmente do nível dos salários. O que isto quer dizer?

Como o salário é o outro nome do preço do trabalho, eles dizem que o nível de preços dos bens depende do preço do trabalho. Muito bem. E como é determinado o preço do trabalho? Ele é determinado pelo preço das mercadorias que o trabalhador necessita adquirir para sua sobrevivência. Assim, ficamos sabendo que o preço do trabalho determina o preço das mercadorias e que o preço das mercadorias determina o preço do trabalho. E ficamos como o peru na roda, cercados pelos digníssimos senhores economistas do governo!



Quem perde e quem ganha

Agora, vamos tratar seriamente do assunto.

O principal centro da economia brasileira são os monopólios (o capital é concentrado nas mãos de empresas multinacionais, de grandes empresas nacionais e do Estado). E é o processo de produção de lucros das empresas monopolistas que é o maior responsável pela inflação permanente. Os monopólios controlam o mercado, colocando obstáculos para a entrada de concorrentes, e por isso podem fixar preços de venda dos produtos superiores ao preço de custo, conseguindo super lucros e fortalecendo sua posição na economia do país.

As empresas menores, não monopolistas, vão também elevar os preços de seus produtos para manter suas taxas de lucro, ou porque dependem dos monopólios, ou porque têm seus preços determinados pela política geral das grandes empresas (ou por combinações destes fatores).

Através de sua política de preços, que visa a aumentar sempre sua taxa de lucro, os monopólios facilitam frequentemente a transmissão do aumento dos preços para todos os setores e para todas as empresas, provocando uma elevação geral dos preços das mercadorias.

O Estado é o grande parceiro neste jogo. Por um lado, controla a quantidade de moeda circulante, sem o que não haveria como pagar o aumento dos preços. Por outro lado, é o maior banqueiro do País e o avalista das dívidas feitas no exterior. Não se trata de dizer que a política monetária e financeira do governo causa a inflação. Mas ela lubrifica o sistema e é indispensável para a economia baseada em monopólios.

Mas não é só isso que o Estado faz. Ele também é um capitalista monopolista que teve que ser empresário. Primeiro para transferir valor para as empresas privadas, depois por impulso próprio, para gerar lucros.

E os monopólios controlados pelo Estado obedecem às mesmas leis econômicas dos monopólios privados. Os dois são sócios nos super lucros e nos resultados econômicos e sociais da política que planejam. Neste quadro esboçado, já podemos apresentar algumas conclusões gerais e essenciais:

I — A inflação moderada é o resultado do controle de preços pelos monopólios. Os super lucros que garantem a sobrevivência dos monopólios são os principais causadores da inflação.

II — Botando a culpa da inflação nos salários (o que é falso, como vimos), a política do governo tem como resultado a desorganização dos trabalhadores, a diminuição de sua força de barganha, na disputa com os patrões, sobre a divisão dos resultados do trabalho.

III — A inflação deixa os ricos mais ricos e os pobres mais pobres; enquanto os ganhos dos monopólios se transformam em super lucros, os assalariados têm seus salários relativamente diminuídos.

IV — Não interessa ao governo acabar com a inflação, mas administrá-la, para que não se transforme em inflação galopante e para que a maior parte dos ganhos não passe às mãos dos especuladores.

A mulher nos jornais

Para a imprensa em geral, a mulher vale como enfeite de suas páginas. Raramente aparece como sujeito de uma ação, a não ser que tenha cometido um crime, seja uma estrela ou desportista.

Durante cerca de um mês, sete jornalistas de Brasília se puseram a analisar a frequência com que as mulheres aparecem no noticiário dos jornais brasileiros e o tipo de tratamento que lhes é dispensado. Foram selecionados oito jornais, entre os quais o Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Jornal de Brasília e O Dia — e o resultado do trabalho evidenciou a discriminação com que a mulher é tratada, embora o tom dessa discriminação varie de jornal para jornal. Para alguns jornais, para que uma mulher possa aparecer na primeira página, basta ter corpo bonito enquanto, para outros, é preciso ter cometido ou ter sido vítima de algum crime, ou ainda ser mulher de algum homem importante. Quase sem exceção, a mulher é utilizada também para embelezar os jornais.

Leda Flora, que pesquisou o Estado de S. Paulo, verificou que, em 17 edições, só duas vezes uma mulher mereceu um título de primeira página: foi quando a rainha Elizabeth visitou a Irlanda. Por meio de fotos, mais duas mulheres apareceram na primeira página: uma chorando a morte do cantor Elvis Presley e outra tentando impedir o suicídio do marido, sem êxito, por sinal.

Enfeite

A pesquisa realizada na Folha de S. Paulo por Eliane Catanhede, de 11 a 30 de agosto, revelou que das 290 fotos de mulher publicadas nesse período, 158 enfeitavam — o termo é esse mesmo — as colunas sociais do jornal. Quanto aos títulos, das 113 vezes em que alguma mulher é citada, 28 corresponderam à seção de artes, o que significa, na opinião da pesquisadora, que «antes de ser uma pessoa normal, com inteligência, a mulher é estrela, pelo menos para os jornais brasileiros». Ainda nesse período, a mulher ocupou 19 títulos e 14 fotos na seção de esportes, «única, aliás, a tratar a mulher com assiduidade e sempre como sujeito de uma ação».



Quando a vítima passa a ser culpada

Se a gente for ver os últimos casos que ocuparam lugar nas manchetes dos jornais como o assassinato de Ângela Diniz, o da menina Aracelli e, o mais recente, de Cláudia Lessin Rodrigues vê-se que as vítimas estão sendo culpadas de sua própria morte. Como? Ora, as vítimas, quando são mulheres, acabam sendo acusadas de sua própria morte. Por que isso?

Nesses casos, começa-se por discutir o comportamento da vítima para «justificar» e desculpar suas mortes violentas. Isso foi feito até no caso da menina Aracelli, de apenas 9 anos, dizendo que era uma garota muito atraente para sua idade. Como se isso desculpassem o crime feito por moços muito ricos, da sociedade de Vitória.

No caso de Ângela Diniz, a coisa se complicou tanto que hoje em dia não se sabe se a vítima é o «Doca» ou a falecida Ângela. Os advogados, nesses casos, são muito bem pagos. O de «Doca», por exemplo fez um tal teatro que apresenta o assassino abatido, saindo ou entrando em clínicas para «tratamento» — isso para mudar a figura de réu para vítima. Enquanto isso insiste nos antecedentes e hábitos da vítima, «moça de má conduta», «vida fácil», ora isso impede de se viver. Vale até lembrar — atire a primeira pedra!!!

O que acontece é que mesmo sendo a lei igual para todos, no crime em sociedade a lei e a prática ficam diferentes, se o acusado é homem ou pessoa importante.

Para Gláucia da Mata Machado, que pesquisou o Jornal do Brasil, a distribuição desigual de títulos entre homens e mulheres, nas 20 edições que consultou, demonstram a quase inexistência da mulher-notícia. Dos 180 títulos diários que apareceram em média no jornal, nesse período, 63,5% se referiam a homens e apenas 4,7% a mulheres. A seção de internacional foi onde a mulher mais vezes apareceu em títulos (21) enquanto na de economia não apareceu nenhuma vez. Das 72 fotos publicadas onde apareciam mulheres, 16 não faziam qualquer referência a elas na legenda.

A pesquisa feita por Arcelino Dias, nas páginas do Jornal de Brasília, mostrou que as mulheres apareceram em média seis vezes por dia em título, enquanto os homens aparecem 62 vezes. Nas fotos, a presença relativa da mulher é bem mais alta (10 por dia, contra 22 de homem), o que levou a pesquisadora a concluir que o Jornal de Brasília acha importante a figura feminina para embelezar o jornal. Dessa forma, a seção onde as mulheres mais aparecem, tanto em fotos como em títulos, é a de artes. A coluna de televisão apresenta pelo menos duas fotos de mulher por dia.

Sangue de mulher

Zenaide Azeredo, que pesquisou o jornal carioca O Dia, pôde constatar que, quando se trata de explorar o sangue, o da mulher tem maior valor comercial para a venda de jornais. Assim, em 17 edições, a mulher apareceu em 194 vezes em título, sendo 15 de primeira página. Na maioria das vezes, a mulher aparecia como vítima de agressão física, surra do marido, assalto, atropelamento ou assassinato. Além de mostrar a mulher como vítima, O Dia é o que mais explora a imagem da mulher-objeto: foram publicadas, nesse período, nada menos de 29 fotos de atrizes seminuas ou em posições eróticas.

Brasil Correio

Presas políticas de Bangu querem melhores condições

Nós, presas políticas de Bangu, temos acompanhado com entusiasmo o papel que o Brasil Mulher desempenha no desenvolvimento do movimento das mulheres em busca da sua emancipação, compreendendo que esta depende e deve estar inserida na luta pela libertação de todos os oprimidos. Além disso, para nós particularmente, o Brasil Mulher representa a possibilidade de um canal por onde nos fazer ouvir. Vivendo no presídio feminino de Bangu, estamos há um ano reivindicando nossa transferência para o Presídio Político do R. Frei Caneca e dirigimo-nos a vocês para divulgar as razões dessa reivindicação.

A sobrevivência física e política dos presos políticos é o resultado de uma história de lutas. Até bem pouco nossa própria existência era camuflada de tal forma que vivíamos completamente isolados e mesmo ignorados pelos diversos setores sociais. Foi nossa união e capacidade de resistência a um processo de desarticulação política e psicológica que propiciou que hoje possamos nos impor como presos políticos integrados no movimento de oposição que se alastra no País. A inauguração do anexo especial para presos políticos na R. Frei Caneca, centro do Rio de Janeiro é um dos capítulos dessa luta. Este presídio foi conquistado pelos companheiros que se encontravam em péssimas condições carcerárias na Ilha Grande, através de uma greve de fome em 1975. Mas os presos políticos do Rio de Janeiro ainda não estão no mesmo presídio o que possibilita uma política repressiva e discriminatória.

Mulheres e presas políticas somos duplamente reprimidas. Nosso número reduzido favorece a discriminação e o isolamento imposto a todos os presos políticos que é o nosso caso, acentuado. Isso é facilitado devido a nossa situação no presídio em que nos encontramos. Vivemos sob a mesma administração carcerária das presas comuns mas submetidas a regulamento diferente. Com o funcionamento do presídio voltado para as presas comuns, representamos um quisto confinado num pavilhão à parte: tudo o que se refere às presas políticas exige tratamento especial o que provoca morosidade na administração a nós prestada no Hospital Penitenciário da Frei Caneca, o nosso transporte para lá é retardado e,



particularmente penoso, devido à exigência de algemas e escolta militar. Nossa correspondência é violada na divisão de segurança do DESIPE (Departamento de Sistema Penitenciário) e demora mais de 15 dias para ser liberada, os livros são também censurados, só sendo permitidos os livros publicados no Brasil após 1966. As visitas, para receberem um passe permanente, têm que se submeter a uma longa burocracia que inclui ficha nos órgãos de segurança, até serem ou não liberadas. Nosso conjunto reduzido também acentua o isolamento, já que afeta a dinâmica de vida, tornando nossa rotina particularmente massacrante.

Mais grave que esse isolamento (geográfico inclusive, devido a distância do centro da cidade), essa condição de corpo estranho dentro do presídio, a nossa composição numérica tornar-nos vulneráveis às investidas da repressão. Pelo fato de não haver um corpo de norma estável, pelo fato da estrutura do Presídio não comportar nossa presença, estamos sempre à mercê dos critérios dos carcereiros do momento.

Acreditamos que essa insegurança física só será atenuada quando estivermos vivendo num mesmo presídio, sob a mesma administração dos nossos companheiros. Concentrados num presídio político, poderemos preservar melhor nossos direitos. Por isso lutamos por nossa transferência, tendo o apoio dos presos políticos do Rio de Janeiro. Contamos com o apoio do Brasil Mulher e seus leitores que tantas vezes têm demonstrado sua solidariedade aos presos políticos.

Rio de Janeiro, Presídio Talavera Bruce — Setembro de 1977.

Heleieth Saffioti retifica matéria «Mulher e SBPC»

A socióloga Heleieth Iara B. Saffioti, professora da Universidade Estadual Paulista «Julio de Mesquita Filho», em Araraquara e autora do livro A Mulher na Sociedade de Classes, nos escreve no sentido de corrigir um erro publicado na matéria «Mulher e SBPC», página 13 do n° 8.

«Não é verdade que antes de 1970 não se podiam apresentar trabalhos de Sociologia nem tampouco sobre mulher. Não é tampouco verdade que o primeiro trabalho sobre mulher apresentado em congresso da SBPC o tenha sido no ano de 1971. Eu própria apresentei dois trabalhos sobre mulher na Reunião Anual da SBPC em 1968

intitulados «O Trabalho como atividades diferencialmente alienadora para o homem e a mulher nas sociedade de classes» e «A condição da mulher nas sociedades de classes». Não posso, todavia afirmar que estes hajam sido os primeiros trabalhos sobre mulher apresentados em reuniões da SBPC. Isto demandaria uma pesquisa nos volumes de resumos daquela sociedade.

As reuniões da SBPC já acolheram três simpósios sobre mulher: um em 1972, um em 1975 e um no presente ano, em São Paulo, em Belo Horizonte e em São Paulo respectivamente.

Está crescendo enormemente o número de estudiosos que, no Brasil, dedicam-se à pesquisa do tema mulher».

ATENÇÃO

Convidamos os leitores e as leitoras que praticam a fotografia a nos enviarem cópias ampliadas (9x112) ou 13x18 ou 18x24) de fotos de mulheres trabalhando (em fábrica, lavoura, loja, escritório, banco escola, casa, etc). Se a foto enviada for utilizada paracapa do Brasil Mulher, o autor receberá gratuitamente uma assinatura anual do nosso Jornal. Enviem para a Sociedade Brasil Mulher, Rua Artur Prado, n° 637, Paraíso. Não se esqueçam do nome e endereço do fotógrafo.

ATENÇÃO

Achamos interessante divulgar o trabalho de um grupo de moças, na sua maioria estudantes de psicologia. Aí está o recado delas:

«Brincando e Cuidando do Seu TIQUINHO DE GENTE...»

Nós somos um Grupo de Universitárias que se dispõe a tomar conta de seu filho durante sua ausência.

Atendemos todos os dias da semana, durante a manhã, tarde e noite.

Também aos sábados e domingos.

Informações pelo telefone. 212-08-53

Marcar com 24 horas de antecedência.

Assine
VERSUS



Remeta três assinaturas e ganhe um disco da série MÚSICA DO SUL, lançado por Marcus Pereira... Remeta seis e ganhe dois discos. Remeta nove e prepare-se para receber EM SUA CASA, inteiramente de graça, UMA COLEÇÃO MÚSICA POPULAR DO SUL, com quatro discos. Assine Versus com seus amigos. Envie cheque nominal ou vale postal à Editora Versus Ltda., rua Capote Valente, 376, Pineiros, SP, CEP 05.410. Cada assinatura, Cr\$ 150. Dados necessários:

Nome
Rua
Bairro
Cidade
CEP
Estado
A imprensa independente só depende do leitor.

Brasil Mulher: Nossa luta permanente. Conheça 2 anos de feminismo adquirindo a coleção do Brasil Mulher do n° 3 ao n° 8 (0,1,2 esgotados) Preço Cr\$ 100,00

OS FATOS ESTÃO AÍ

IIIº Encontro Nacional dos Estudantes

IIIº ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES

No final da manhã de quinta-feira 22 de setembro, em frente ao prédio da PUC um estudante do DCE livre da USP anunciava para uma massa de estudantes reunidos em Assembléia a realização do IIIº Encontro Nacional de Estudantes. O encontro, rigorosamente reprimido no dia anterior, realizou-se naquela manhã, na sala 225 da Universidade Católica de São Paulo, tendo a duração de uma hora e meia e com a participação de 120 delegados de 10 estados. Como resultado do Encontro foi aprovada a formação de uma comissão pró-Una integrada pelos DCEs eleitos e demais entidades estudantis, estaduais e municipais, tendo como função coordenar as lutas estudantis a nível nacional, elaborar um jornal que fosse canal de expressão destas lutas.

Foi decidido nesta mesma Assembléia a realização à noite de um ato público contra a repressão ao III Encontro Nacional dos Estudantes.

ATO PÚBLICO — INVASÃO DO CAMPUS

Na noite de quinta-feira, a partir das 20 horas, começaram a chegar os estudantes de várias escolas ao pátio da Universidade Católica para o ato público que ali se realizaria. Por volta das 22 horas, 2.000 estudantes reunidos liam em conjunto uma carta aberta à população quando foram surpreendidos pela ação policial comandada pessoalmente pelo Sr. Erasmo Dias e Romeu Tuma — secretário de Segurança e diretor do DEOPS.

Centenas de policiais à paisana, e 3 batalhões de tropas de choque da

Polícia Militar invadiram a Universidade na perseguição aos estudantes, usando cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral e sofisticados equipamentos de ação repressiva. Foram espancados alunos, estudantes e professores, removidos para hospitais com queimaduras graves. Foram presas 2.000 pessoas, destas 845 estudantes foram encaminhados ao Batalhão Tobias de Aguiar e 45 enquadradas na Lei de Segurança Nacional.

A violência da ação policial não atingiu apenas aos estudantes, funcionários e professores, mas também as instalações da Universidade em suas salas de aula, biblioteca, departamentos, centros acadêmicos, o restaurante e a própria administração tiveram suas portas arrombadas, vidros quebrados e equipamentos roubados e danificados.

D. PAULO E A REITORIA CONDENAM A AÇÃO POLICIAL.

A reitora da PUC Nadir Kfoury em nota oficial divulgada pela imprensa no dia seguinte, comunica pedido de abertura de inquérito policial para apurar as responsabilidades pelos danos causados pela ação policial.

D. PAULO EVARISTO ARNS, ao chegar de Roma, manifestou seu total apoio à reitora e seu repúdio à invasão da Universidade, tendo em vista o desrespeito à autonomia universitária, anteriormente garantida pelas próprias autoridades.

Diante disso, disse D. Paulo: Soubemos que não foram os universitários e sim a polícia que empregou sua força para invadir a PUC. Por isso, ela é que deve ser processada e não os estudantes» — Folha de São Paulo 26.09.77.

Apoio aos presos políticos do Ceará

O Movimento Feminino pela Anistia-núcleo Ceará divulgou uma nota a 2 de setembro passado, solidarizando-se com os familiares dos presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarazate, que enviaram abaixo-assinado denunciando as recentes medidas que vêm sendo adotadas pela direção do presídio.

Segundo o abaixo-assinado, «tais medidas que foram tomadas com o exclusivo objetivo de tornar insuportáveis as condições de sobrevivência na prisão, impõem restrições ao direito dos presos à assistência médica, ao trabalho, à recreação e ao relacionamento com sua família e os seus amigos». Entre outras, a direção do presídio impôs restrições ao atendi-

mento médico em caso de emergência; às visitas, que só serão permitidas mediante apresentação de carteira de identidade especial, emitida pelo presídio, de nada valendo o cartão de identidade civil da Secretaria de Segurança; limitações à criatividade artesanal e à difusão dessa produção; colocação de um portão separando o local de trabalho das celas, limitando assim o horário de atividade produtiva e o espaço de locomoção dos presos.

A nota assinala ainda, «Acredita-se que esse fato não é medida isolada, mas é parte de um processo mais amplo de repressão contra o avanço das forças democráticas no País».

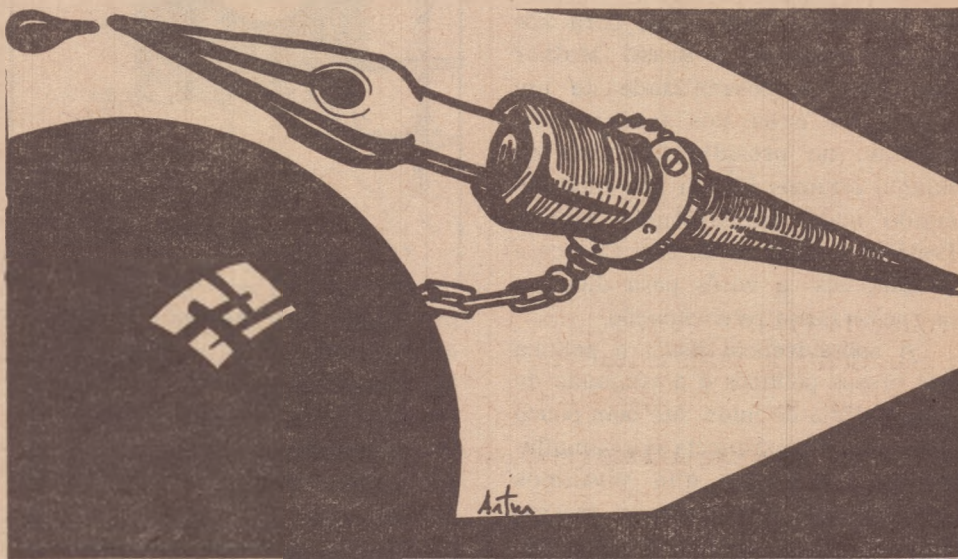
Imprensada

• O jornal «A Folha de São Paulo», a partir de sua edição de 28/9/77, sofreu alterações profundas na sua estrutura, embora este fato, por motivos óbvios, tenha parecido para leitores, como apenas uma simples mudança de alguns nomes no quadro da empresa.

A realidade é que foi afastado do cargo de diretor de redação o jornalista Claudio Abramo, e suspensas as colunas diárias do chefe da Sucursal carioca Alberto Dines; e também

deixa de fazer sua crônica o dramaturgo Plínio Marcos. Antecedendo estes fatos a prisão do jornalista Lourenço Diaféria devido à publicação de uma crônica intitulada — Nós, herói morto! — CONSIDERADA OFENSIVA às forças armadas.

Estas mudanças irão aparecer na própria linha do jornal — a de não emitir opiniões sobre os fatos que noticia, como já foi dito pelo Sr. Boris Casoy, atual diretor responsável da Folha de São Paulo.



Semana de debates sobre o Rio de Janeiro

E o Rio de Janeiro? Como é que vai?

Que sacrifício pegar um ônibus! E o trânsito? Tá louco, só! Será que dá para melhorar os transportes?

E como é que o carioca mora? Aluguéis caros, taxas, impostos... Tem saneamento básico? Tem escolas e hospitais perto de casa? É... Tá ruim, meu irmão.

Como é que fica isso?

Iª Semana de Debates sobre o Rio de Janeiro — 8 a 16 de outubro. Local: Auditório da Associação Brasileira de Imprensa.

Comissão Coordenadora: Instituto dos Arquitetos do Brasil — Associação Brasileira de Imprensa — Centro de Estudos da Zona Oeste — Sociedade dos Amigos da Tijuca — Centro Cultural de Jacarepaguá — Campanha Popular de Defesa da Natureza.

Apreensão do jornal Movimento

No dia 17 de setembro à tarde dois agentes armados da Polícia Federal apreenderam, na sede do Jornal Movimento, a edição nº 116. Antes disso haviam estado na Distribuidora Abril para apreender 17.000 exemplares que seriam colocados em bancas. A essas iniciativas seguiram-se várias arbitrariedades: o editor do jornal, o chefe da sucursal de Salvador e o correspondente de Fortaleza foram intimados a depor junto à Polícia Federal. Foram apreendidos os jornais dos assinantes de S. Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. E a 24 de setembro foram presos e ficaram detidos durante várias horas no Deops de São Paulo quatro vendedores desse jornal.

O Jornal Movimento está sob censura prévia desde o número zero. Em dois anos de existência já teve 3 milhões de palavras vetadas: 15.000 laudas, 27.000 ilustrações e 2.250 matérias. Milhares de outras matérias sofreram cortes que prejudica-

ram seriamente a publicação. Foram também inteiramente vetadas as edições nº 15, dedicada à questão do petróleo e dos «contratos de risco» e a nº 45, sobre o trabalho da mulher no Brasil.

Os jornalistas e funcionários de Movimento atribuem a violência ao fato de que o jornal luta por liberdades democráticas, pela independência do País e pela elevação do padrão de vida dos trabalhadores.

Até hoje, a Polícia Federal e a censura não emitiram nenhum comunicado sobre a apreensão da edição nº 116. Isso torna mais difícil entender as razões da apreensão. O número em questão tinha como matérias principais trabalhos sobre a Constituinte. A chamada de capa indicava «Constituinte com liberdade e anistia».

A censura à jornais como Movimento, O São Paulo, A Tribuna da Imprensa, representa uma séria ameaça à imprensa democrática.

1ª Semana em defesa dos direitos da criança

1. — A Declaração dos Direitos da Criança está sendo cumprida em nosso país?

2. — O que tem sido feito no Brasil para que os princípios assegurados na Declaração dos Direitos da Criança venham a ser cumpridos?

3. — O que devemos fazer para que as diretrizes da Declaração venham a ser cumpridas?

São estas as perguntas lançadas pelos organizadores da 1ª Semana em Defesa dos Direitos da Criança. Seu objetivo está definido num texto que acompanha a Declaração dos

Direitos da Criança e que foi amplamente divulgado em bairros e paróquias de São Paulo.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, que em 1976 estudou a Realidade Brasileira do Menor, chegou à conclusão que metade das crianças brasileiras não dispõe de recursos suficientes para satisfazer suas necessidades mínimas de alimentação e moradia, bem como não tem acesso aos serviços de saúde, educação, recreação e outros frutos do desenvolvimento. Assim, a Semana convida «todos os brasileiros a refletirem sobre

estes problemas, divulgando e defendendo os princípios contidos neste «Documento Universal». Certamente, esta será uma das melhores maneiras de defender e homenagear a criança neste seu dia».

Dentro da programação da Semana (de 8 a 16 de outubro), foi apresentada, em pré-estréia, dia 8, no TUCA, Os Saltimbancos, peça infantil de Chico Buarque. O encerramento será dia 16, com uma festa no ginásio do Pacaembu, com apresentação de artistas, cantores, palhaços e distribuição de balões, pipoca etc.

Enfim, uma festa para a criança.

A Comissão Organizadora desta 1ª Semana em Defesa dos Direitos da Criança é composta por: Associação dos Médicos Sanitaristas do Estado de São Paulo, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Cúria Metropolitana de São Paulo, Grupo de Mães da Periferia, Jornal Brasil Mulher, Jornal Nós Mulheres, Movimento Feminino do MDB, Movimento Feminino pela Anistia, Sociedade Brasileira de Defesa da Vivência Urbana.

Declaração dos Direitos da Criança

1 A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão reconhecidos a todas as crianças sem exceção alguma, nem distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou por outra condição, seja ela própria da criança, seja de sua família.

2 A criança gozará de uma proteção especial e disporá de oportunidades e serviços, dispensados todos eles pela lei e por outros meios, para que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente, em forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com estes fins, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.

3 A criança tem direito, desde o seu nascimento, a um nome e a uma nacionalidade.

4 A criança deve gozar dos benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e desenvolver-se em boa saúde. Com este fim serão proporcionados, tanto a ela como a sua mãe, cuidados especiais, inclusive atenção pré e pós-natal. A criança terá direito a desfrutar de alimentação, moradia, recreação e assistência médica adequadas.

5 A criança, física ou mentalmente, impedida ou não, que sofra algum impedimento social, deve receber tratamento, educação e cuidados especiais que requer seu caso particular.

6 A criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, necessita amor e compreensão. Sempre que seja possível, deverá crescer ao amparo e sob a responsabilidade de seus pais e, em todo caso, em um ambiente de afeto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, não deverá separar-se a criança de tenra idade de

sua mãe. A sociedade e as autoridades públicas terão a obrigação de cuidar, especialmente, das crianças sem família ou que careçam de meios adequados de subsistência. Para a manutenção dos filhos de famílias numerosas, convém conceder subsídios estatais ou de outra índole.

7 A criança tem direito de receber educação gratuita e obrigatória, pelo menos nas etapas elementares. Deverá lhe ser dada uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver suas aptidões e seu juízo individual seu sentido de responsabilidade moral e social, e chegar a ser um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deve ser o princípio diretor daqueles que tem a responsabilidade da sua educação e orientação; Esta responsabilidade incumbe, em primeiro lugar, a seus pais. A criança deve desfrutar plenamente dos jogos e recreações, os quais deverão estar orientados para os fins perseguidos pela educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão por promover o gozo deste direito.

8 A criança deve, em todas as circunstâncias, figurar entre os primeiros a receberem proteção e socorro.

9 A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, crueldade e exploração. Não será objeto de nenhum tipo de transação. Não se deverá permitir à criança trabalhar antes da idade mínima adequada; em nenhum caso será levada ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação, ou que lhe impeça o desenvolvimento físico, mental ou moral.

10 A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra índole. Deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universal, e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e atividades ao serviço de seus semelhantes.



Vacinação infantil

No último número do jornal foi publicado um calendário das vacinas que uma criança deve tomar. Agora voltamos para falar sobre mais algumas recomendações.

É importante lembrar que as vacinas, em geral, são inofensivas, não tendo propósito o nosso medo de vacina. As reações que aparecem, geralmente, são locais, são febres baixas e ligeiros mal-estares quando acontece. Porém, é preciso lembrar de algumas recomendações médicas para vacinar uma criança.

No geral, a aplicação das vacinas não deve atrasar e deve se passar para mais tarde somente quando:

- a criança apresentar doenças febris agudas;

- tem vômitos ou diarreia abundantes;

- em convalescença de sarampo;

- infecções de pele, queimaduras, eczemas, etc...;

- se estiver recebendo vacina anti-rábica;

- outros estados de doenças graves;

- se estiver recebendo drogas imuna-supressoras e corticosteroides, etc...(ler a bula do remédio para saber).

As vacinas podem ser aplicadas se a criança tiver apenas resfriado, coriza, sem febre alta, e mesmo se for desnutrida.

Por acaso se a criança que for vacinada apresentar febre alta, acentuada prostração e alergias de gran-

de extensão deve-se procurar o médico do local onde foi vacinada.

Para que uma criança fique totalmente imunizada, seja qual for a idade em que se iniciaram as primeiras doses da vacina, ela deve receber a **vacinação básica** e as **fases de reforço**.

1. Vacinação básica — quer dizer o número de doses de uma vacina, com os intervalos certos para a criança ficar imunizada. Por exemplo, a Vacina Tríplice que protege contra as doenças difteria, tétano e coqueluche são 3 doses, com espaço de 1 mês entre cada dose.

2. Doses de reforço — as doses de reforço são indicadas com a finalidade de continuar a proteção rece-

bida pela vacinação básica. Por exemplo, o primeiro reforço da Vacina Tríplice deverá ser feito 1 ano após o final da vacinação básica, nas crianças até 2 anos de idade. Já o segundo reforço será feito depois de 2 anos da dose de reforço anterior, usando, porém, a Vacina Dupla (contra tétano e difteria) nas crianças de até 6 anos de idade.

De acordo com determinação do Ministério da Saúde, a partir de 1º de julho de 1978, o salário família devido a crianças nascidas a partir de 1º de julho deste ano somente será pago se elas tiverem sido vacinadas, para isso será exigida a carteira de vacinação. Cabe lembrar que as antigas carteiras de vacinação valem tanto quanto as novas.

Cardápio econômico

Muitas vezes algumas frutas e legumes não são encontradas na feira ou então seu preço é muito alto. Quando é muito caro a gente, o consumidor, sabe que é como não existisse. É o chamado fantasma da entressafra. A entressafra é uma expressão que usam para dizer que o produto está faltando. Esta falta nem sempre é por não ser época de colheita, às vezes as condições de clima (geadas, chuvas fortes, estiagem) prejudicam a colheita.

A seguir apresentamos a lista de alguns produtos que podem ser adquiridos nos meses de outubro e novembro quando seus preços deverão estar mais baixos, pois é a época da safra.

MESES	PRODUTOS AGRÍCOLAS	
	VERDURAS E LEGUMES	FRUTAS
OUTUBRO	alface, beterraba, cenoura, vagem, couve-flor	abacaxi, banana, laranja,
NOVEMBRO	pimentão, beterraba, cenoura, couve-flor, vagem	abacaxi, banana, laranja,

O Clube das Mães:

«O trabalho do homem e da mulher pesa o mesmo tanto»

Rosto seco, expressão que reflete determinação, olhos verdes, 36. anos, quatro filhos, a presidente e fundadora do «Clube das Mães» na localidade de Tabocas, mesmo interior de Barreirinhos, Maranhão, fala a um grupo de trinta mulheres, aproximadamente, muitas delas com crianças no colo, ouvindo passivamente. A presidente nos conta como nasceu o «Clube das Mães» e como, em sua opinião, houve uma valorização das mulheres da localidade: «Até a época de 72, as

mulheres aqui era tudo parada. A gente não tinha nenhum funcionamento. Quando foi em 73, chegou aqui um técnico, aí ele fez uma reunião com a família daqui e deu a idéia da gente fazer outras coisas que não fosse somente o trabalho de evangelização e das roças comunitárias. Então nós aceitamos as idéias, mesmo apoiamos. Foi fundado o «Clube das Mães» e até hoje, graças a Deus, está funcionando muito bem».

Ela faz um intervalo, pede prá

uma vizinha continuar porque senão ficava muito tarde prá fazer o almoço. A outra mulher, grávida, se recusa. Ela pede então que a outra segure a criança que mantinha nos braços e continua: «antes do clube aqui, a gente era mais atrasada. Agora a gente passou a ter mais atividade, nós notamos que as mulheres também podem ter o seu direito e se desenvolver. Aqui antigamente, quando vinha gente de fora, as mulheres tinham um medo danado de se aproximarem e falar. Gente assim como vocês de São Paulo.

Porque a gente pensava que aquela pessoa era mais superior do que a gente. Devido a esse conhecimento que chegou aqui, nós passamos a conhecer que todos somos iguais. Logo eles passaram a conhecer que desde que as mulheres trabalham com eles, não tem um nem maior nem menor do que os outros. Todos são iguais. E no serviço da roça, aqui as mulheres não têm descanso. Nem de seca, nem de inverno. O trabalho do homem e da mulher é uma balança fiel, tudo pesa o mesmo tanto.

ARTE E COMUNICAÇÃO

MÃE OPERÁRIA

NOSSO RECADO



Quando homens e mulheres do povo fazem desenhos e pinturas, modelam barro, compõem versos e canções ou montam cenas de teatro eles estão comunicando sentimentos, ideias, experiências de vida, modos de ver o mundo. Estão oferecendo novas formas de conhecer a realidade. Estão produzindo uma comunicação numa linguagem diferente mais criativa e mais livre. Estão enriquecendo uma cultura, a que as elites costumam chamar de "cultura popular". Mas essa cultura só é mesmo livre quando produzida por pessoas que tenham consciência de sua própria história, isto é, por pessoas que, através de suas obras,

falem ou cantem os seus próprios valores, suas lutas, suas esperanças ou suas dúvidas dentro da sociedade em que vivem. Por pessoas que se vejam e se reconheçam como classe, a que sempre produziu tudo dentro dessa sociedade. Quando o povo se expressa espontânea e livremente essa consciência se manifesta. E como é quase impossível silenciar essa cultura, o mundo oficial e as elites econômicas se apropriam dela, comercializando-a. Transformam as produções espontâneas do povo em objetos de turismo, em mercadorias exóticas de altos preços. Quando isso acontece as produções que antes eram criativas tornam-se repetitivas (para garantir a venda), cópias de si mesmas cada vez mais grosseiras e conservadoras, como os harros do nordeste ou a literatura de cordel que tão pouco se tem renovado. Outro exemplo é o carnaval, outrora uma verdadeira festa do povo, hoje, lucrativa indústria turística.

A cultura é a consciência que um povo tem da sua própria existência. Só pode ser produzida para seu próprio uso e consumo. Por isso é importante o que vocês nos mandam. Vamos valorizar o que nós livremente produzimos!

acordar na madrugada para trabalhar
distante de casa, distante do filho,
fazer o dia do recém-nascido
deixar com a mãe-vizinha
ou não fazer nada
e levar para a mãe creche
ou não fazer nada
por não ter o que fazer (comer)
para crianças com apenas a mãe de todos:
a mãe-miséria.

encontrar creches é como procurar agulha no palheiro,
material, berçário, babá, são coisas de gente fina,
bebê operário, sem dinheiro e faveleiro
come na rua, come na vizinha e por descuido
bebe água da latrina.

«Ame seu filho, use leite B».

leio isso e fico com o coração doído,
mas o que fazer? Leite, também é coisa de gente fina
que meu filho bebeu apenas do meu peito magro

«A boa mãe dá o melhor para seu filho»

e eu «comé» que fica?

queria tê-lo mais comigo, não posso

ou pelo menos uma creche eu queria

um lugar para brincar, para crescer forte,

ter amigos e poder ser gente

como todo mundo deveria.

(dorí carvalho)

Corinthians

Meu Amor

No meio do povo Eliza agita a bandeira.
Bandeira que é preta, bandeira que é branca,
do homem que é preto, do homem que é branco.
Que é branco, que é preto,
que é preto, que é branco.
A bola correndo, Eliza em silêncio,
quieta a sofrer...
Seu time a perder, seu time a perder.
No estádio deserto,
Eliza enrola a bandeira.
No estádio deserto,
Eliza sozinha a chorar.
Jornal velho no vento a voar...
Sozinha a chorar...
No vento a voar...
A bola correndo, seu time a ganhar...
Seu time a ganhar.
Eliza a sonhar com o povo vivendo,
o povo vivendo,
sem ninguém prá pisar.
Podendo cantar,
sem ninguém prá pisar.
Podendo falar,
sem ninguém prá pisar.
Querendo amar, querendo amar.
— César Viera — F.S.P. 9 10 77.

Mulher Personagem

O tema de «O Santo Inquérito», de Dias Gomes é o processo de perseguição que a Inquisição Portuguesa levou a efeito no Brasil no século XVII.

Através do sofrimento de Branca Dias, o autor traça o perfil do período mais negro da Igreja Católica.

Na peça, Branca Dias é denunciada à Inquisição pelo padre jesuíta, Bernard, que inconscientemente se apaixonara pela pureza e pela espon-

taneidade da moça e pressentira nisto obra de Satanás. (O Estado de S. Paulo).

Branca Dias, tinha salvado o padre de afogamento quando se banhavam no mesmo rio.

A respeito do personagem, Dias Gomes diz: «Branca Dias existiu, foi perseguida e virou lenda».

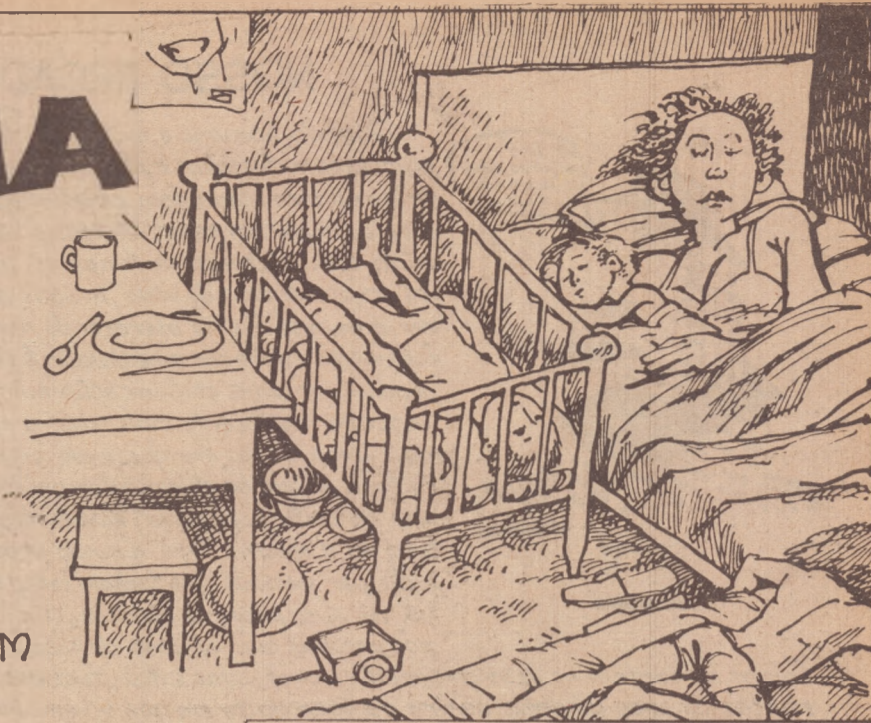
A peça está sendo levada no teatro Anchieta (dr. Vila Nova, 245) e Branca Dias é interpretada pela atriz Regina Duarte,

Agraf

De 7 a 25 de outubro,
o projeto gráfico do jornal Movimento
e as xilografuras
de Rubem Grilo estarão expostos
no saguão do Teatro Aliança Francesa,
à rua General Jardim, 182.

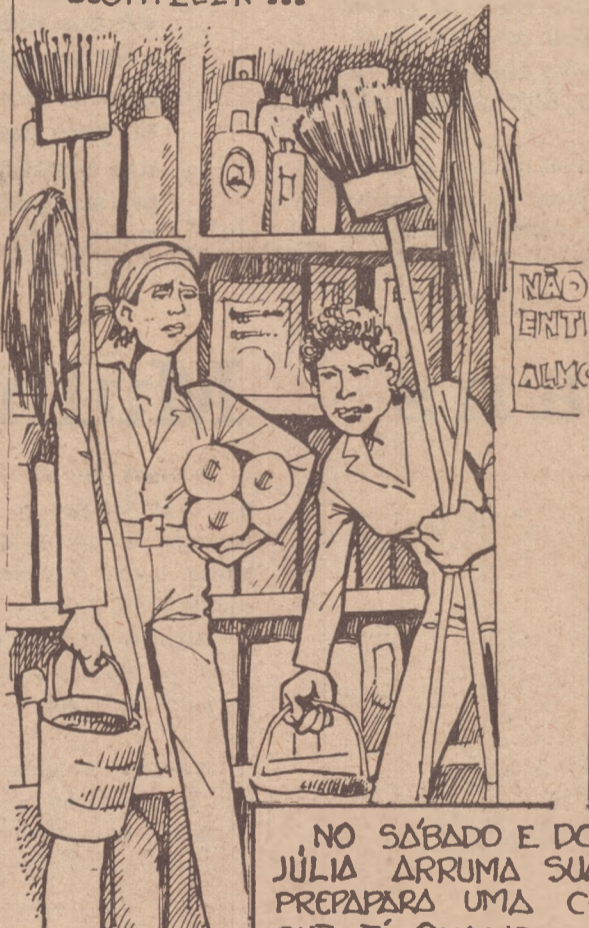
UM DIA NA, VIDA DE JÚLIA

JÚLIA É UMA MULHER DE UNS 30 ANOS, CASADA, MÃE DE 4 FILHOS, TRABALHA NUMA EDITORA, COMO FAXINEIRA. GANHA SALÁRIO MÍNIMO, COM JORNADA DE 8 HORAS, SUJEITA À EXTRAS. SEU MARIDO TRABALHA NUMA CONSTRUÇÃO E FREQUENTEMENTE DORME NO SERVIÇO. COMO D. JÚLIA FAZ PARA SER DONA DE CASA E FUNCIONÁRIA QUE BATE PONTO? COMO FICAM SEUS FILHOS?...



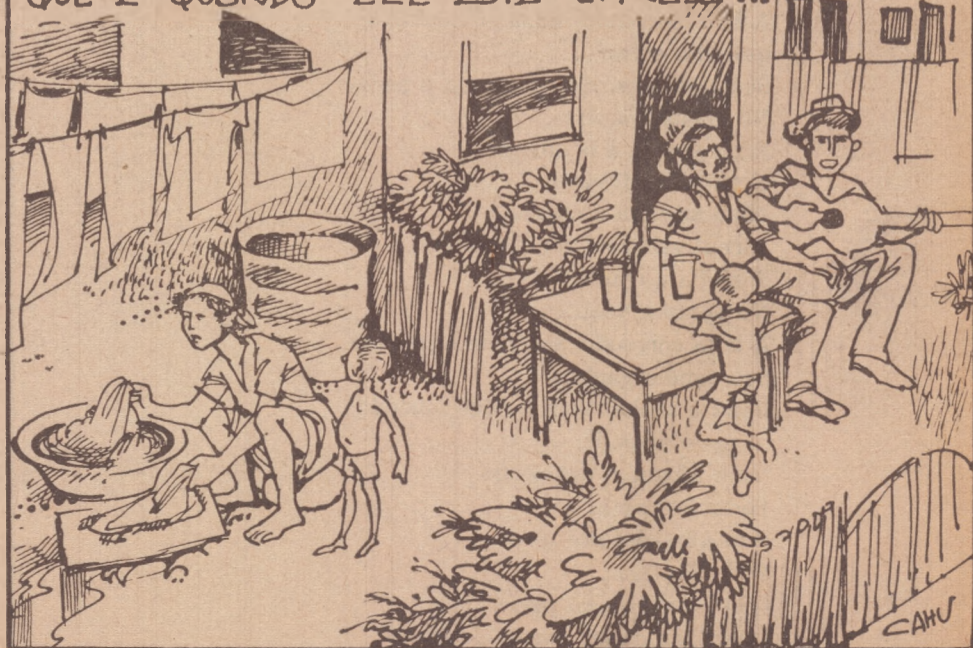
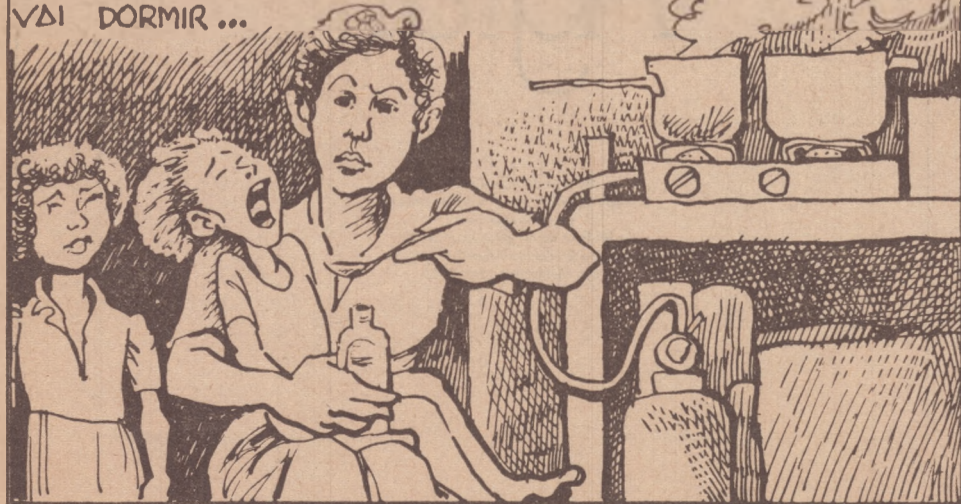
JULIA SAI DE CASA AS 6,30, PARA CHEGAR NO TRABALHO AS 8. ANTES DE SAIR DEIXA MAMADEIRA PRO MENORZINHO, LEITE MORNO NO TÉRMICA (QUANTO TEM) ARROZ E FEIJÃO; A SUA FILHA DE 7 ANOS, A MAIS VELHA, AJUDA-A, OU MELHOR, A SUBSTITUIE DURANTE O DIA ... ELA SE CHAMA DULCE.

JÚLIA LAVA, LIMPA, ENCERA O DIA TODO. MAS NÃO LHE SAEM DA CABEÇA OS 4 FILHOS QUE DEIXOU EM CASA. É VERDADE QUE DEIXOU COMIDA PRONTA E TRANCOU PORTAS E JANELAS, POIS NÃO OS QUER NA RUA; MAS COM 4 CRIANÇAS PEQUENAS TRANCADAS EM CASA, TUDO PODE ACONTECER ...



NO SÁBADO E DOMINGO, SE NÃO HOUVER HORA EXTRA, JÚLIA ARRUMA SUA CASA, LAVA E PASSA, E AINDA PREPARA UMA COMIDINHA JOIA PRO MARIDO, QUE É QUANDO ELE ESTÁ EM CASA ...

À NOITE, A FILHA JÁ ESCOLHEU O FEIJÃO E O ARROZ; JÚLIA PREPARA O ALMOÇO DO DIA SEGUINTE, ATENDE ALGUM FILHO DOENTE E VAI DORMIR ...



SÓ JÚLIA VIVE ASSIM? COMO RESOLVER ESSE PROBLEMA QUE É DE TANTOS?

CAHU